

O PENSAMENTO E A ADMINISTRAÇÃO MILITAR E SUA INFLUÊNCIA PARA A CONSTITUIÇÃO DO REFINO BRASILEIRO (1930-1980)

MILITARY THOUGHT AND ADMINISTRATION AND ITS INFLUENCE ON THE CONSTITUTION OF BRAZILIAN REFINING (1930-1980)

William Nozaki | william.nozaki@gmail.com | Doutorado do programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ). Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Diretor-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP).

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão | rodrigo.fleao@outlook.com | Doutorado do programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ). Professor de Pós-Graduação da Faculdades de Campinas (FACAMP). Diretor-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP).

Recebimento do artigo Junho de 2022 **Aceite** Agosto de 2022

Resumo: O artigo apresenta o papel dos militares brasileiros na construção do parque de refino nacional. Na perspectiva do pensamento militar, discute-se a presença e a centralidade do petróleo e seus derivados no projeto de industrialização concebido pelos fardados. Na perspectiva da ação militar, analisa-se o protagonismo e a influência destes atores na montagem do refino brasileiro em dois momentos, cada um deles orientado por diferentes padrões de atuação: entre 1930 e 1953, e entre 1953 e 1980.

Palavras-chave: Estado, militares, petróleo, refino, Petrobras

Abstract: The article presents the role of the Brazilian military in the construction of the national refining park. From the perspective of military thought, the presence and centrality of oil and its derivatives in the industrialization project conceived by the uniforms is discussed. From the perspective of military action, the role and influence of these actors in the assembly of Brazilian refining is analyzed in two moments, each guided by different patterns of action: between 1930 and 1953, and between 1953 and 1980.

Keywords: State, military, oil, refining, Petrobras.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil é capaz de atender quase que integralmente a demanda por petróleo e boa parte da sua demanda por combustíveis, principalmente diesel, gasolina, gás de cozinha e óleo combustível. “(...) o Brasil é autossuficiente em petróleo, mas não em derivados do produto. [Apesar disso], a Petrobras atende 80% do mercado, os outros 20% vêm de fora para atender o mercado interno”, segundo uma reportagem de março de 2022 da CNNBrasil.

Essa alta capacidade de fornecer combustíveis para o mercado interno torna, estruturalmente, o país menos dependente das importações de derivados, quando comparado a outros países em desenvolvimento.

Isso se deve a existência de um amplo parque de refino, cuja montagem começou nos anos 1930, e teve grande impulso principalmente entre as décadas 1960 e 1980. Durante esse período, a influência direta e indireta dos militares foi essencial para explicar os ciclos de expansão das unidades de processamento de petróleo no Brasil. Mais do que isso, os debates e o desenho das políticas energéticas com envolvimento dos militares, em diferentes momentos, apoiaram a definição de toda a estratégia de desenvolvimento do parque de refino nacional.

A construção da indústria de óleo e gás foi fortemente impactada pelos projetos dos militares ao longo da história da industrialização brasileira. Isso não significa negligenciar a importância de outros setores sociais, como ocorreu na campanha de “O Petróleo é Nosso” quando movimentos sociais tiveram grande importância¹, mas ressaltar que a conformação da indústria de óleo e gás no Brasil teve grande influência das tensões e das políticas capitaneadas pelas forças armadas (MARTINS, 2015).

Esse artigo visa, exatamente, detalhar a participação dos militares – direta ou indiretamente – nesse processo. Para isso, numa primeira seção, discute-se a concepção do pensamento militar no que se refere ao papel crucial da industrialização e como o petróleo e

¹ Conforme as negociações no Congresso acrescentaram ao projeto o monopólio estatal do petróleo, o Centro de Estudo e Defesa do Petróleo (CEDP) – instituição que teve papel central nas decisões da indústria do petróleo no Brasil - passou a defender que essas modificações só ocorreram “graças à campanha de ‘O Petróleo é Nosso’” (apud MIRANDA, 1983: 298). Quando, finalmente, a empresa foi aprovada, o CEDP se pronunciou, afirmando: “O texto final do projeto ainda não correspondeu à Tese do Centro, de monopólio estatal para todos os ramos da indústria, mas, indiscutivelmente, uma grande vitória parcial foi alcançada (MARTINS, 2015, p. 417).

seus derivados eram relevantes nesse contexto. Na segunda seção, analisa-se a influência dos militares na montagem do refino em dois momentos: (i) entre 1930 e 1953; e (ii) 1953 e 1980. Nesses dois períodos, a forma de ação dos militares se diferenciou consideravelmente. Por fim, seguem as considerações finais.

2. A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA DE EXPLORAÇÃO, PRODUÇÃO E REFINO DE PETRÓLEO NO PENSAMENTO MILITAR NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA

Em recente trabalho, resgatamos a importância de analisar a construção da indústria de petróleo no Brasil tendo como pano de fundo o pensamento militar em favor do desenvolvimento da indústria nacional de 1930 (LEÃO; NOZAKI, 2019).

Isso fica muito claro quando se olha a construção do parque de refino no Brasil, que se iniciou nos anos 1930, e a realização de investimentos na busca por petróleo nacional, de forma mais intensa a partir dos anos 1960. Por trás dessas iniciativas estava o desenvolvimento da indústria nacional com o objetivo de reduzir a dependência estrangeira em importações energéticas que, em última instância, estava associada ao conceito de garantir a segurança nacional.

Nesse sentido, a indústria de refino e, posteriormente, a de exploração e produção de petróleo era fundamental nessa concepção por dois motivos: primeiro, a criação do parque de refino significaria, por si só, a expansão da estrutura produtiva nacional e, segundo, a produção nacional de petróleo e derivados reduziria nossa dependência externa de insumos energéticos que seriam fundamentais para a expansão de outras indústrias.

Por isso, dentro do pensamento militar, a partir dos anos 1930, o papel do petróleo e do refino era central para o projeto de desenvolvimento industrial, centralização política e de segurança nacional. Como ressalta Vieira (2020), naquele período, essas três preocupações se materializavam em eventos que coadunavam com a necessidade de expansão do refino: (i) desenvolvimento industrial: os combustíveis de petróleo já estavam se tornando a principal fonte de energia do mundo e eram necessários para alavancar a industrialização; (ii) centralização política: o desenvolvimento do petróleo e do refino abriram oportunidade para aumentar a arrecadação do governo central que estava fragilizada à época e; (iii) segurança nacional: a maior refinaria da época tinha, no seu capital acionário, investidores de Argentina e Uruguai, principais rivais militares do Brasil.

No golpe de 1964, o cenário se repetiu. No Brasil, instaurou-se períodos de centralização política², maior preocupação com a segurança nacional e industrialização acelerada, mas também de protagonismo político-militar na arena nacional. Tal tutela impôs a presença militar nos principais espaços e instituições associadas ao desenvolvimento econômico do país (LEÃO; NOZAKI, 2019).

Tal protagonismo recebeu um tratamento parcial nas interpretações clássicas da ciência política. A questão da presença militar na política brasileira do século XX foi quase sempre tratada por meio de explicações que enfatizavam sua atuação como um setor da sociedade civil ou se limitavam a centrar a análise no funcionamento das instituições militares. Em última instância, a atuação militar surgia como uma resposta para controlar crises temporárias ou sistêmicas em sociedades pretorianas, que possuíam grande influência do poder militar. Essa visão é trazida por Stepan (1971), que enxerga a atuação militar como mera reação aos movimentos dos partidos políticos civis ou a visão de Huntington (1968), que avalia as ações militares como uma tentativa de gerenciar crises que podem levar a uma decadência política³. Martins Filho (1994) traz um resumo dessa perspectiva:

É conhecida a contraposição proposta pelo mais famoso dos cientistas políticos norte-americanos, entre sociedades “cívicas” e “pretorianas”. Nestas últimas, arranjos “que sofrem uma mudança social e econômica rápida e destrutiva”, a crescente mobilização das massas chocar-se-ia com a insuficiente institucionalização política, abrindo um “political gap” que tenderia a levá-las à “decadência política”. O Brasil dos anos 60 destacava-se entre os maiores exemplos desses “sistemas políticos pretorianos”. Por sua incapacidade de conciliar alta mobilização com fortes instituições, tais nações caracterizavam-se por crises políticas endêmicas. A fragilidade e a transitoriedade de todas as formas de autoridade seriam sua marca registrada; o golpe militar, a expressão acabada das técnicas de ação direta, “apenas uma manifestação específica de um fenômeno mais amplo nas sociedades subdesenvolvidas: a politização geral das forças e das instituições sociais” (MARTINS FILHO, 1994, p. 8).

² Draibe (1985), por exemplo, enfatizou a existência de um pacto de compromisso ancorado em uma crise de hegemonia no interior das frações das classes dominantes, o que tornaria o Estado uma instituição em disputa desprovida de interesses específicos, nessa formulação o caráter modernizador do Estado pós-1930 teria origem, justamente, na realidade de sua autonomia relativa frente aos diversos segmentos sociais.

³ Um outro exemplo dessa primeira abordagem pode ser encontrado nos trabalhos de Santa Rosa (1976) sobre o tenentismo, entendido como um movimento que expressava as reivindicações da classe média urbana excluída do sistema político da República Velha.

Esse conjunto de abordagens teve dificuldade de incorporar elementos que ajudassem a explicitar o modo como a presença militar na vida econômica não foi apenas resultado de variáveis endógenas à corporação, a partir de eventos exógenos, ou seja, que foi uma resposta a crises externas a sua estrutura. Esse tipo de interpretação negligenciou o fundamental: os militares edificaram um projeto e uma estratégia para a construção da industrialização nacional.

Algumas abordagens, entretanto, chamaram a atenção para o fato de a estrutura militar possuir interesses particulares e que esse segmento é parte do amálgama que resulta nas próprias crises/soluções. Ou seja, a participação política dos militares permite uma maior participação deste setor na construção de estratégias nacionais, bem como permite um rearranjo de forças internas visando atender os interesses dos grupos que compõem a estrutura militar. O próprio Martins Filho (1994) compartilha dessa avaliação:

Em contraposição às teses elitistas burocráticas - cuja ênfase recai na homogeneidade burocrática - procuro trazer à luz as características de heterogeneidade, divisão e fluidez especificamente militares que caracterizam as práticas políticas castrenses. A hipótese da heterogeneidade militar só ganha sentido se complementada pela análise da particularidade dos traços propriamente castrenses que definem a atuação política dos militares. Entre outros aspectos, a análise dos primeiros governos militares no Brasil deveria revelar a relevância de características como: os princípios de cooptação e de verticalidade que presidem as promoções e as nomeações castrenses e a sua relação como a criação das redes de lealdade e formação de verdadeiras “clientelas” na caserna; a reformulação política das hipóteses bélicas elaboradas pelo Estado-Maior como fundamento do caráter contraditório e essencialmente negativo da opinião militar; a visão militar do inimigo estratégico como base da fluidez das divisões militares; a influência da concepção marcial do universo social sobre a ideologia militar e a preocupação castrense com a unanimidade e a unidade (MARTINS FILHO, 1994, p. 17).

Do nosso ponto de vista, essa visão ajuda a apreender a centralidade das estratégias militares na interpretação da industrialização brasileira. Isso permite entender as ideias de segurança nacional e desenvolvimento industrial que estavam por trás das diretrizes pensadas pelos militares em diferentes momentos. As ideias da Escola Superior de Guerra (ESG), por exemplo, sobre segurança nacional nos anos 1950, “também remontam aos anos 1930 por parte dos militares que participaram da Revolução de 1930, e do Estado Novo” (FIORI, 2013, p. 3-4).⁴

Sendo assim, a compreensão dos propósitos da construção nacional brasileira passava pela necessidade de que devia ser reconstruído os nexos entre o planejamento da industrialização e a doutrina de segurança nacional formulada no interior da nesse período.

Apesar da ESG ter sido formada em 1949, nos seus primeiros anos seu esforço central foi a análise de conjuntura. Somente em 1952, quase que simultaneamente à passagem do comando de Cordeiro de Farias para Juarez Távora é que foram iniciados esforços sistemáticos de elaboração de uma doutrina. Já em 1955 um dos principais oficiais do corpo permanente, Coronel Golbery do Couto e Silva, publicou um livro que continha uma sistematização das discussões realizadas até então, Planejamento Estratégico. O mesmo oficial já tinha publicado outro livro anos antes, Geopolítica do Brasil, que se tornou referência na Escola Superior de Guerra (VIEIRA, 2018, p. 146).

Nessa perspectiva, do ponto de vista econômico, a centralidade da indústria era fundamental para projeção do poder dos militares nacionais. Ao proceder de tal maneira, a doutrina demonstrava com clareza as diferenças entre quais eram os objetivos da industrialização (defesa, segurança e integração) e quais eram as possíveis consequências da industrialização (crescimento, emprego e renda). Desse modo, o desenvolvimentismo pragmático dos militares guardava uma vantagem quando comparado ao desenvolvimentismo teórico dos civis, qual seja: tratava a industrialização como meio para a construção de um projeto nacional específico e não abordava a industrialização como um fim em si mesmo. E, ao incorporar a dimensão da segurança nacional, as prioridades no interior do projeto de industrialização capitaneado pelo pensamento militar agregava segmentos da estrutura produtiva voltadas para reduzir a dependência em bens relacionados à defesa nacional.

Como tratam Samaras, Nuttall e Bazilian (2019), quando se pensa em segurança e energia é necessário incorporar uma união entre a visão de defesa e energia, trazida em geral pelas forças armadas, que aqui denominamos de “defesa energética”. Na “defesa energética”, a energia tem o potencial de ser tanto um capacitador de hard power, como também, por meio do impedimento de acesso, de ser um limitador do poder de guerra do adversário. Por isso, as decisões nesse campo não se tratam apenas de garantir o acesso a energia que aumente a capacidade do uso dos seus equipamentos e armamentos, mas de dificultar que seu adversário obtenha as mesmas fontes de

⁴ Tais formulações estão bastante bem desenvolvidas, para os períodos Vargas, JK e da ditadura militar, em Vieira (2018).

energia. Por isso, do ponto de vista militar, o acesso a energia tem um tratamento ainda mais relevante.

Na perspectiva do planejamento econômico militar brasileiro, a industrialização autárquica devia levar adiante, como tarefa de construção nacional envolvendo iniciativa privada e poder público, a constituição de alguns elementos fundamentais, entre eles o de energia. A consolidação das indústrias de petróleo e petroquímica era necessária para garantir o abastecimento fundamental e necessário para a segurança nacional.

Dada a dimensão tecnológica e de financiamento exigidas por essa empreitada ela não podia acontecer apenas por obra do Estado, mas devia contar com o capital privado e internacional. Dada a natureza estratégica e tática que orientava essa iniciativa não era factível de ocorrer apenas sob os auspícios da iniciativa privada, mas devia contar com a coordenação do Estado e com a atuação das empresas estatais. Isso sem desconsiderar a importância do contexto geopolítico, no qual a Guerra Fria tinha um aspecto estratégico e, por isso, a implementação da indústria petrolífera devia acontecer em consonância com os interesses dos Estados-nacionais aliados e dos capitais privados internacionais (LEÃO; NOZAKI, 2019)⁵.

Tendo em vista esses dois aspectos – a importância para a segurança nacional e a dificuldade do capital privado capitanear os investimentos em petróleo –, os militares assumiram a função de conduzir o desenvolvimento da indústria petrolífera, incluindo o parque de refino entre 1930 e 1970.

Os investimentos em refino nos anos 1930 coincidiram com um período de ascensão dos militares no interior do governo Vargas que, em última instância, teve o objetivo de garantir o desenvolvimento da indústria nacional, assim como de proteger o país de possíveis conflitos externos (VIEIRA, 2020).

Embora sob uma outra embocadura, a ampliação dos investimentos no refino nos 1970 – já sob a égide da ditadura militar – também teve forte relação com a visão militar de aumentar a autossuficiência nacional de derivados em função, principalmente, dos impactos deletérios econômicos da importação de petróleo. A partir de 1973, a elevação do preço do barril do petróleo aumentou demasiadamente a vulnerabilidade externa da economia brasileira. A próxima seção busca tratar dessa relação entre o pensamento e gestão militar com a expansão do parque de refino nesse período que vai de 1930 até 1970.

2.1 A ESTRUTURA DE DESINVESTIMENTOS DA PETROBRAS E OS IMPACTOS PARA A CONCORRÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA ANTITRUSTE E A DINÂMICA DO MERCADO DE REFINO BRASILEIRO.

O processo de expansão do parque de refino brasileiro esteve intimamente ligado ao pensamento industrializante militar apresentado na seção anterior. Todavia, a forma como esse pensamento influenciou na conformação das refinarias no Brasil se alterou ao longo do tempo.

Em um primeiro momento (1930-1953), as disputas entre diferentes correntes dentro das forças armadas buscaram influenciar as ações do governo Vargas em relação à indústria de petróleo nacional, incluindo o refino. Em um segundo momento (1953-1964), a expansão do refino esteve relacionada aos projetos constituídos e mobilizados no período anterior. E, num terceiro momento (1964-1980), sob a administração da ditadura militar, os investimentos de refino eram uma diretriz direta do próprio governo. O primeiro período é discutido na próxima subseção e o segundo e terceiro na subseção posterior.

2.2 O PENSAMENTO DOS MILITARES E SUA INFLUÊNCIA PARA O SURGIMENTO DO REFINO NACIONAL ENTRE 1930 E 1953

A chegada de Getúlio Vargas no governo nos anos 1930 significou uma ruptura nos grupos que comandavam o país até então. Entre os setores que compunham a aliança varguista, estavam os militares, bem como setores industriais importantes. Nesse sentido, Fonseca (2012) expõe uma visão que o conjunto de mudanças institucionais que ocorreram naquele período refletiram uma prioridade para o desenvolvimento da indústria nacional, embora não houvesse uma ruptura com o segmento agrário. Em todo caso, olhando em perspectiva histórica, já havia sinais claros de uma reorganização institucional visando alavancar a indústria nacional.

⁵ Vale destacar que, enquanto no pensamento desenvolvimentista heterodoxo a industrialização repousa no tripé capital estatal, capital privado nacional e capital privado internacional, no pensamento desenvolvimentista pragmático a industrialização se assenta em quatro pilares: Estados aliados, Estado-nacional, capital privado internacional e capital privado nacional. Disso decorre que, enquanto na primeira formulação há maior margem para os dualismos público e privado, nacional e internacional, na segunda formulação esses elementos aparecem de forma mais integrada.

Segundo Fonseca (2012), estudos recentes sobre a industrialização dos anos 1930 mostram que são extensos os indícios de que houve uma estratégia para a construção de uma estrutura produtiva nacional que viabilizasse a substituição de importações, embora ainda não tivesse suas diretrizes bem definidas. Como diz o próprio autor, “se não se pode afirmar que, ao assumir em 1930, a nova equipe dirigente já encampava um projeto industrializante perfeitamente delineado, tudo leva a crer que este começou a ser gestado e a ganhar adeptos já nos primeiros anos da década de 1930 (...)” (FONSECA, 2012, p. 851).

Entre essas mudanças, estavam as constituintes de 1934 de 1937 que precipitaram a criação de novas instituições e legislações visando avançar na estruturação de órgãos capazes de alavancar a indústria nacional, bem como de mediar a relação entre capital e trabalho. Nesse processo, a indústria de energia recebeu especial atenção, a partir da criação do código de Minas e Águas que redefiniu a propriedade do solo, subsolo e das águas, com a ampliação da esfera estatal na exploração de minérios e proibindo a propriedade privada do subsolo. Além disso, em 1938, foi fundado o Conselho Nacional do Petróleo e, em 1940, o Conselho de Águas e Energia (FONSECA, 2012).

Os militares que assumiram o poder na aliança varguista, na década de 1930, também viam uma centralidade no desenvolvimento da indústria nacional. Isso porque eles tinham uma grande preocupação com as questões externas daquele período, principalmente relacionados à possibilidade de uma eventual invasão argentina naquele período.

A Argentina, na visão dos militares, tinha um projeto de dominação da Bacia da Prata que buscava consolidar uma aliança envolvendo regiões que passavam pela Bolívia, Paraguai e Uruguai. Um avanço desse projeto poderia ameaçar as fronteiras brasileiras do Centro-Oeste à região Sul do país. Para se contrapor a essa ameaça, nessa concepção, além de uma mudança na política externa, era essencial um projeto de desenvolvimento industrial. Segundo Vieira (2020), essa era a constatação dos militares da época:

Mário Travassos provê uma sistematização geopolítica de um pensamento dominante no Alto-Comando brasileiro à época. Assim, no relatório ao Conselho Superior de Guerra, órgão que congregava os generais do Exército, o general Valdomiro Lima sustenta, em 1936, que o maior perigo à segurança nacional brasileira é uma invasão argentina. Tal operação militar envolveria um movimento de pinça anfíbio, com incursões no litoral catarinense e na região de Foz do Iguaçu, tendo como objetivo final cercar e desconectar o extremo sul do restante do país. Para evitar essa tragédia, Lima recomenda que o Brasil se alie à Bolívia, aproveitando-se do apoio argentino ao Paraguai na Guerra do Chaco, e que consolide sua influência sobre La Paz através da ligação ferroviária Corumbá-Santa Cruz, como Travassos tinha proposto alguns anos antes. Entretanto, o general Lima não considerava tais iniciativas externas suficientes. Ecoando o paradigma desenvolvido pelo EME e a ADN nos anos 1910 e 1920, o militar entende que só o desenvolvimento econômico poderia realmente sustentar uma defesa efetiva contra a ameaça argentina. Na visão do general Lima, “a guerra moderna é feita pela Nação Armada que, a par da massa considerável de efetivos de pessoal que pode dispor, é obrigada a despender formidável quantidade de material de toda natureza. As ciências, as artes, e as indústrias desenvolvidas nos tempos de paz devem ser totalmente mobilizadas para que possam ser colocadas à disposição das massas combatentes os recursos materiais cuja importância e variedade excedem quaisquer previsões e que as Forças Militares de antanho dispensavam ou desconheciam” (VIEIRA, 2020, p. 793-794).

A gestação do projeto nos anos 1930 priorizava, naquele primeiro momento, entre outros segmentos, o de infraestrutura. Além de fundamental para a substituição de importações e para consolidar outras indústrias futuramente, os setores de minas e energia tinham um destaque no pensamento industrializante dos militares daquele período, em especial na defesa do território nacional.

De um lado, a necessidade econômica de desenvolver as indústrias de infraestrutura e, de outro, a necessidade de garantir o abastecimento nacional de energia – principalmente na região Sul onde estava localizada a principal ameaça nacional – ajudavam a mobilizar os investimentos em refino nacional.

Naquele momento, a Bolívia e a própria Argentina vinham desenvolvendo sua indústria nacional de petróleo e derivados, enquanto no Brasil a possibilidade de encontrar petróleo nacional era tida como bastante remota. Por isso, a prioridade em produzir os combustíveis nacionais evitava colocar o país numa situação de dependência futura dos argentinos. Além disso, reduzia uma grande fragilidade nacional num eventual conflito com nossos vizinhos (VIEIRA, 2020).

Ademais, o próprio projeto de desenvolvimento da indústria nacional tendia, no médio prazo, a demandar um volume crescente de energia que, cada vez mais, estava sendo produzida a partir do petróleo. Nos anos 1910, o petróleo foi um instrumento fundamental para a vitória britânica na I Guerra Mundial⁶. Nos anos 1920, os Estados Unidos, por exemplo, viveram a revolução do automóvel, transformando a

⁶ Os derivados de petróleo foram determinantes na vitória britânica na Primeira Guerra, uma vez que sua frota teve ganhos consideráveis de velocidade e diminuição da carga logística a partir do uso desses derivados. “The action proved decisive and enabled the allied power to ‘float to victory on a sea of oil’” (SAMARAS, NUTTALL, BAZILIAN, 2019, p. 3). O sucesso no uso dessa nova fonte de energia nos equipamentos navais rapidamente foi empregado nas indústrias civis, acelerando o desenvolvimento técnico e tecnológico de várias indústrias, principalmente a de transportes.

matriz energética do país dependente em derivados do petróleo.⁷ A tendência naquele período – tendo em vista a importância do petróleo já para a guerra e para o transporte – era de que ocorresse uma generalização do uso de petróleo como grande fornecedor de energia para as demais indústrias (YERGIN, 2012).

Por conta desses aspectos, a construção de refinarias se tornou um dos enfoques do projeto de industrialização brasileiro. Nos primeiros anos da década de 1930, como apontam Mendes et al. (2018), ainda no contexto de disputa e afirmação do governo Vargas, os primeiros empreendimentos de refino no país foram privados, localizados em três diferentes regiões pelos seguintes motivos:

(i) Rio Grande do Sul: foi instalada a refinaria Sul-Riograndense em 1933, aproveitando-se da proximidade com o mercado petrolífero argentino;

(ii) São Paulo: foi construído a refinaria Matarazzo em São Caetano do Sul, em 1936, onde havia maior dinamismo econômico e estava se estruturando boa parte do parque industrial brasileiro;

(iii) Bahia: foram instaladas duas pequenas unidades de destilação em Aratu e Candeias, onde estavam as maiores possibilidades de se encontrar petróleo no país, ou maiores perspectivas da existência de petróleo que pudesse ser refinado, como na Bahia, na primeira metade da década de 1930.

Todavia, esse quadro de “aposta” nos investimentos privados sofreu uma reversão em 1935, quando a Argentina proibiu a exportação de petróleo para o Brasil, inviabilizando durante um ano as atividades da Sul-Riograndense (PERISSÉ, 2007). Após essa medida, cresceram as preocupações em torno da segurança energética e a possibilidade real de uma invasão argentina. Além disso, notou-se a dificuldade existente pela iniciativa privada de mobilizar o volume de recursos necessários para alavancar rapidamente grandes refinarias no país, num contexto em que os riscos eram altos.

Nesse contexto, já havia uma disputa dentro das forças armadas sobre a estratégia que deveria ser adotada para a expansão do parque de refino brasileiro. Eram crescentes os receios dos militares de se manter a lógica de expansão dos investimentos privados no segmento. Primeiro, porque, como mencionado, os derivados de petróleo já eram essenciais para a guerra e, devido ao aumento das tensões nas relações com a Argentina, se manter dependente dos vizinhos para fornecer petróleo era um risco inadmissível. Segundo, porque, a maior refinaria – localizada no Rio Grande do Sul – da época “tinha participação acionária argentina e uruguaia, os inimigos prováveis no conflito previsto pela cúpula militar” (VIEIRA, 2020, p. 798-799).

Como resultados desses movimentos, a estratégia de instalação do parque de refino foi se alterando gradualmente com fatores microeconômicos perdendo importância em favor de aspectos geopolíticos e geoeconômicos. Ou seja, a expansão da indústria de refino deveria obedecer a critérios como a origem do petróleo que seria refinado, a escolha territorial de construção dessas unidades entre outros.

Gradativamente, por exemplo, a cúpula militar buscava internalizar o petróleo boliviano da região oriental do país – que estava do outro lado da Guerra com o Paraguai que era apoiado pela Argentina. E, no acordo com a Bolívia, estava a necessidade de o Brasil importar petróleo e refinar por conta própria sem o apoio de empresas multinacionais⁸ (VIEIRA, 2020).

Devido ao acirramento das relações com a Argentina e as dificuldades de mobilização de recursos para uma ampliação mais acelerada do parque do refino, a corrente militar favorável a uma intervenção estatal no setor ganhou espaço. O general Horta Barbosa foi o principal interlocutor dessa corrente.

Ele liderou o acordo com a Bolívia para o Brasil importar petróleo boliviano e refiná-lo sem o apoio de empresas estrangeiras – fechado em 1938 – e foi o principal articulador da criação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) para prospectar o petróleo, explorá-lo e refiná-lo em unidades próprias. Na concepção inicial, o CNP seria financiado com recursos públicos (impostos sobre combustíveis), o que na prática significaria uma nacionalização e estatização de toda a indústria de petróleo no Brasil. Apesar das pressões contrárias dentro do

⁷Yergin (2012) destaca que os anos 1920 foi marcado pela revolução do automóvel nos EUA. Entre 1916 e 1929, o número de automóveis de passeio registrados no país, movidos à gasolina, se multiplicou em mais de seis vezes, saltando de 3,4 milhões para 23,1 milhões. “A transformação dos Estados Unidos numa cultura automotiva foi acompanhada por uma revolução verdadeiramente importante: o aparecimento e a proliferação de um templo dedicado ao novo combustível – o posto drive-in de gasolina” (YERGIN, 2012, p. 233). O mesmo autor lembra que a generalização do automóvel foi muito mais rápida nos Estados Unidos do que em qualquer outro lugar do mundo. Em 1929, 78% dos veículos do mundo pertenciam aos americanos. Existia um veículo para cada cinco americanos, enquanto a potência europeia – a Grã-Bretanha – possuía um carro para cada trinta britânicos. ⁸(...) dentro da estratégia de penetração econômica sobre os países platinos, o petróleo tinha papel de destaque, sendo o objetivo central do Brasil acessar a reserva dos Estados tampões ao mesmo tempo que as negava à Argentina. Nessa dimensão, a arena decisiva era a Bolívia, onde o Brasil passou a ter vantagem devido ao apoio de Buenos Aires ao Paraguai na questão do Chaco, o que permitiu um acordo para a exploração conjunta de petróleo no oriente boliviano, como já mencionado na seção anterior. Ocorre que, pelos termos do acordo, o Brasil precisaria importar e refinar o petróleo importado da Bolívia por conta própria, sem terceirizar a tarefa para empresas internacionais. Por detrás da exigência boliviana estava o medo de um retorno à dependência da Standard Oil, cujas concessões os bolivianos tinham cassado em 1936 (VIEIRA, 2020, p. 799).

próprio exército e de outros setores, a criação do CNP foi levada a cabo pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, e contou com o aval do presidente Getúlio Vargas e teve com um dos seus primeiros atos, a retirada dos sócios argentinos da refinaria do Rio Grande do Sul.⁹

Um dos grandes objetivos de Barbosa era acelerar a expansão do parque de refino. Além dos motivos já elencados, novamente a questão da Argentina se manifestou no alcance desse objetivo. O general tomou conhecimento que a indústria de petróleo e derivados da Argentina (e também do Uruguai), por meio de suas empresas estatais, tinham um nível de modernização muito superior à brasileira (PIRES, 2010). A experiência argentina, ao mesmo tempo, podia trazer lições importantes para a industrialização do petróleo no Brasil e era mais um sinal de que a nação devia alavancar sua indústria petrolífera para conter possíveis ameaças externas, principalmente da própria Argentina¹⁰. Mesmo com as pressões do capital privado de continuar apostando em pequenas refinarias, o CNP na gestão de Barbosa estruturou um projeto de criação de uma refinaria estatal no Centro-Oeste que, na época, seria a maior do país, como mostra Pires (2010).

Nos contatos que realizou na Argentina, o general Horta Barbosa manteve uma longa conversa com o general Enrique Mosconi, principal dirigente da estatal argentina de petróleo, YPF, entre 1923 e 1932. Este relatou sua experiência na luta contra os monopólios, a partir da criação de refinarias de petróleo. Desde então, até 1943, quando se demitiu do CNP, a luta do General seria pela construção de uma grande petroleira nacional. Apesar desse interesse do Conselho, a iniciativa privada, nacional e estrangeira, apoiada por alguns governos estaduais, mobilizou-se pela a construção de refinarias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e no Distrito Federal, e também de um oleoduto ligando o porto de Santos à capital de São Paulo. Essas iniciativas caíram por terra, sendo barradas pelo interesse do CNP na construção de sua própria refinaria, no Distrito Federal, com capacidade de refino de 4.000 barris por dia. Os impactos da II Guerra Mundial no país postergaram os planos de Horta Barbosa (PIRES, 2010, p. 74).

Com o avanço da guerra e a demissão de Barbosa do CNP em 1943, houve um retorno do grupo favorável à liderança do capital privado como propulsor da indústria de refino no Brasil. A chegada de João Carlos Barreto no CNP e a ascensão da Juarez Távora como vice-chefe do Estado-Maior do Exército – ambos favoráveis à abertura do setor petrolífero ao capital privado – significou uma reversão de rota na política gestada por Barbosa. A ideia era atrair o capital estrangeiro e impulsionar a construção de grandes refinarias privadas no Brasil.

Na nova gestão do CNP, iniciou-se um processo de concessão para a construção de refinarias privadas. Foram dadas autorizações para construção de duas refinarias. A primeira, em 1945, com capacidade de 10 mil barris/dia, ficaria no Rio de Janeiro (Refinaria de Manginhos) sob a propriedade do Grupo Dault Ernany e, a segunda, em 1946, com capacidade de 20 mb/d, estaria localizada em Catanduva/SP pertencente ao Grupo Soares Sampaio (PERISSÉ, 2007).

Dadas as dificuldades de financiamento e mobilização de recursos, nenhuma das refinarias finalizou sua construção até 1950, quando Vargas retomou o poder e, com ele, os grupos favoráveis à implementação de uma indústria de petróleo nacionalizada. Após um período de disputas e tensões durante o início do novo governo Vargas – em 1952, por exemplo, foi aprovada a construção de uma nova refinaria privada em Manaus¹¹ e, antes disso, a construção da Refinaria Mataripe na Bahia – a criação da Petrobrás em 1953 consolidou uma nova fase de nacionalização da indústria de expansão das refinarias estatais.

3. A EXPANSÃO DAS REFINARIAS DE 1953 A 1980: A INFLUÊNCIA DOS DEBATES ANTERIORES E O PAPEL DOS GOVERNOS MILITARES

Um segundo ciclo de expansão do refino somente se efetivou nos anos 1950, quando foi criada a Petrobras pela Lei 2.004 de 1953. Naquele momento, a estatal recém criada incorporou a Refinaria Mataripe (rebatizada de Refinaria Landulpho Alves-Mataripe, RLAM) e iniciou a construção de novas refinarias.

Esse segundo ciclo de expansão do refino se beneficiou, por um lado, dos projetos incipientes que vinham sendo constituídos

⁹ Dadas as vantagens dentro da estratégia nacional, o projeto foi rapidamente encampado por Góes Monteiro, que o levou a Vargas. O presidente era favorável às iniciativas privadas levadas a cabo por Guinle, com quem tinha fortes conexões políticas e pessoais. Porém, diante da posição do Exército, resolveu apoiar o projeto de Barbosa. Como colocou o próprio presidente em sua resposta a Góes: “Se é isso que você deseja, vou assiná-lo” (VIEIRA, 2020, p. 799).

¹⁰ Ao mesmo tempo em que buscava evitar a entrada de produtos argentinos e de não atrair investimentos dos vizinhos para o parque de refino, Horta achava importante enviar representantes brasileiros para a Argentina a fim de absorver o conhecimento técnico e tecnológico já existente no país vizinho. Em uma carta escrita ao presidente Getúlio Vargas, ele detalha as medidas que eram necessárias para modernizar a indústria nacional de petróleo e derivados. Entre elas, destaca-se “(i) necessidade urgente e inadiável de enviar ao Prata o maior número possível de técnicos, para se iniciarem no estudo de todas as especialidades pertinentes ao petróleo; (ii) intensificar metódica e continuamente os serviços geofísicos, tendentes a determinar novos horizontes petrolíferos; e (iii) dotar o Conselho Nacional de Petróleo de verbas generosas para que possa atacar com intensidade o problema de determinação de campos petrolíferos e iniciar a produção” (PIRES, 2010, p. 73).

¹¹ Em 1952, foi dada a concessão para o Grupo Sabbá visando a construção de outra refinaria, localizada em Manaus com capacidade de 5 mb/d.

no país nos anos anteriores e, por outro, pela centralização de capital existente na nova estatal que podia levar a cabo, finalmente, uma expansão contínua do parque de refino nacional.

Num primeiro momento, entre o final dos anos 1950 e metade dos 1960, o processo de expansão do refino ocorreu a construção de outras duas micro refinarias privadas, em Manaus no Amazonas (Reman) e em Capuava (Refinaria União) em São Paulo, e mais duas grandes refinarias da Petrobras (Duque de Caxias no Rio de Janeiro, Reduc, e Cubatão em São Paulo, RPBC). Em 1965, a capacidade de refino nacional era de aproximadamente 325 mil barris por dia, sendo que a Petrobras já era responsável por 82,6% desse total (MORTARI, 2019).

A partir da segunda metade dos 1960, a expansão do crescimento econômico que resultou em um boom do consumo de combustíveis, ao lado de uma reorganização do planejamento estatal, impulsionou um movimento ainda mais agressivo de construção de novas refinarias.

Sobre o primeiro aspecto, a expansão extraordinária do consumo de duráveis engendrou uma forte pressão na demanda de combustíveis. Entre 1967 e 1970, o setor com maior crescimento da produção do período foi o de transporte (23,9% a.a.) e, no período subsequente (1971-1973), o de bens de capital (39% a.a.), em virtude das necessidades oriundas da indústria automobilística, em especial. Gerou-se, assim, uma intensa pressão sobre os produtos energéticos, insumos fundamentais para permitir a expansão dos setores mencionados acima (LEÃO; NOZAKI, 2019).

Sobre o segundo aspecto, em 1968 foi constituído o Plano Estratégico de Desenvolvimento¹² (PED), que deu à ação estatal uma nova direção. Ela passou a atuar de forma mais ativa na expansão da infraestrutura econômica de apoio e fornecimento de insumos básicos para a dinamização de setores não tradicionais. Os investimentos estatais foram planejados para os setores petroquímicos, de extração mineral, da agropecuária, da metalmeccânica etc. Esse redirecionamento do planejamento estatal ocorreu simultaneamente a um maior acesso ao capital e à tecnologia estrangeira¹³ (LEÃO; NOZAKI, 2019).

No final dos anos 1960, a Petrobras viu-se em uma nova posição estratégica, seja pela rápida mudança da conjuntura econômica, seja pela construção de um novo planejamento estatal brasileiro. A crescente demanda por combustíveis, o aumento da capacidade de financiamento, a possibilidade de associação com o capital estrangeiro, a prioridade estatal aos setores de infraestrutura e insumos básicos foram alguns dos aspectos que consolidaram uma amálgama em favor da construção de um novo projeto da Petrobras. O parque nacional de refino existente e os investimentos na produção terrestre mostraram-se insuficientes para atender à crescente demanda por derivados de petróleo. A necessidade cada vez maior de insumos para sustentar o consumo de duráveis e o incremento das inversões industriais conferiu um caráter cada vez mais estratégico às tomadas de decisões desse setor, inclusive do ponto de vista macroeconômico (LEÃO; NOZAKI, 2019, pp. 308).

Dessa forma, novamente sob a égide militar após o golpe de 1964, a expansão do refino se tornou central para o governo militar. Novamente a questão da segurança energética, num contexto de crescimento do uso global de petróleo e do auge da Guerra Fria, atribuía à garantia do abastecimento nacional um elemento central.

Por isso, no final dos anos 1960, novos investimentos surgiram no parque de refino da Petrobras. De 1966 até 1970, foram inauguradas três novas grandes refinarias (Lubnor no Ceará, Regap em Minas Gerais e Refap no Rio Grande do Sul). Além disso, em 1969, iniciaram-se as obras de construção daquela que se transformou na maior unidade de refino nacional, a Refinaria de Paulínia (Replan). As obras foram concluídas em 1972, quando começou a operação da Replan com uma capacidade, à época, de 126 mil barris por dia de petróleo. Entre 1969 e 1973, apesar do direcionamento de parte dos recursos estatal para a exploração e produção de petróleo, o segmento refino ainda representava 65,3% dos investimentos da Petrobras (LEÃO; NOZAKI, 2019).

Aliado a esse aspecto, no início dos anos 1970, houve um primeiro choque do petróleo que encareceu de maneira abrupta o preço do barril. Com isso, além da questão geopolítica, a vulnerabilidade econômica externa também ganhou importância. Entre outubro de 1973

¹² O trabalho clássico de Octavio Ianni (1991) sobre a história do planejamento no Brasil aponta que, em 1968, a formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) no governo do general Costa e Silva (1967-1969), a despeito de preservar a interpretação e as diretrizes econômicas do período anterior, representou uma mudança na prioridade e na etapa do processo de desenvolvimento brasileiro. Após um período de controle da situação fiscal e financeira, o Brasil estava pronto, segundo o discurso oficial, para promover a aceleração do desenvolvimento econômico e a retomada do crescimento industrial. Nesse sentido, o Estado passaria a ter uma função estratégica no processo de desenvolvimento, para além da capacidade de operar a política econômica e financeira: agora, teria um papel central "na construção da infraestrutura econômica e social e na produção de bens e serviços de que depende fundamentalmente o setor privado" (Ianni, 1991, p. 248). "Em outras palavras, o PED inaugurou uma primeira tentativa no governo militar, após o Paeg, de se montar um planejamento cuja prioridade foi o desenvolvimento econômico, com o Estado assumindo uma função primordial na expansão da infraestrutura e de certos setores industriais, a fim de criar condições para acelerar o crescimento do setor privado" (LEÃO; NOZAKI, 2019, pp. 306-307).

¹³ "A maior facilidade para acessar o capital e a tecnologia internacional permitiu à Petrobras se aproveitar tanto da farta liquidez internacional quanto das oportunidades tecnológicas no segmento de exploração e produção surgidas nos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos. Em outras palavras, a Petrobras teve condições de acessar recursos externos para financiar seus novos projetos de investimento e também importar as complexas máquinas e equipamentos" (LEÃO; NOZAKI, 2019, p. 306).

e janeiro de 1974, envolvendo um cenário de grande tensão e conflitos com os países produtores de petróleo, o preço do barril subiu cerca de 400%, saindo de US\$ 2,90 para US\$ 11,65. Isso desencadeou um processo inflacionário em todos os derivados de petróleo, inclusive no Brasil. Essa mudança da conjuntura econômica fez o presidente da época, o general Ernesto Geisel, deixar claro que esse era o grande desafio a ser superado, quando foi lançado o II PND.

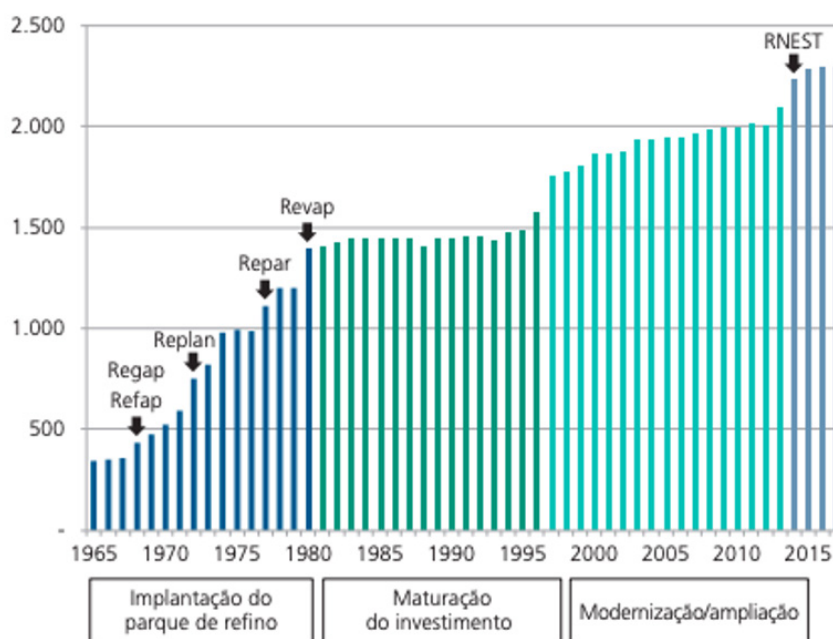
Essa próxima etapa será, necessariamente, marcada pela influência de fatores relacionados com a situação internacional, principalmente quanto à crise de energia. O país está cômico das dificuldades para manter o crescimento acelerado dos últimos anos, mas reafirma a sua determinação de superá-las na expectativa de que se realize esforço no sentido de caminhar, progressivamente, para razoável normalidade no cenário mundial. Será preciso acostumarmo-nos à ideia de que o mundo enfrentará graves problemas, provavelmente crises. O Brasil deverá conviver com eles, procurando preservar a sua capacidade de desenvolvimento e explorando novos caminhos e alternativas (GEISEL, 1974 apud BROTHERHOOD, 2019, p. 4)

O presidente Geisel mobilizou diversos ministérios e a própria Petrobras para atrair tecnologias e recursos visando acelerar a busca pela autossuficiência energética. A ausência de perspectiva de desenvolver novas fontes energéticas, num curto período de tempo, colocava o petróleo e a energia nuclear como candidatos “naturais” para atingir esse objetivo (BROTHERHOOD, 2019).

Nesse sentido, agora era fundamental não apenas ampliar o refino, mas garantir a autossuficiência de derivados de petróleo e, simultaneamente, acelerar os investimentos na produção de petróleo nacional. Por isso, o II PND foi explícito em apontar a necessidade da economia brasileira de se ajustar à sua situação de escassez de petróleo e alterar a política energética. Por isso, o processo de criação de novas refinarias foi mantido.

Em 1973, após a conclusão da Replan, começaram as obras da refinaria do Paraná, a Repar e, no final daquela década, de mais uma unidade em São Paulo, na região do Vale do Paraíba, a Revap. Além da construção de novas refinarias, a Petrobras adquiriu nos anos 1970 quatro refinarias privadas, sendo que duas delas (Reman e a Refinaria União rebatizada de Recap) passaram por processos de expansão e modernização. Como resultado desse processo, a capacidade de processamento, que era de 325 mil barris por dia em 1965, subiu para 1,4 milhão de barris por dia em 1980, quando a Revap iniciou suas operações no interior de São Paulo.

Gráfico 1 – Trajetória da capacidade do parque de refino (1965-2017)



Fonte: MENDES (et al. 2018).

¹⁴ Para negociar a aquisição de novos investimentos e compra de tecnologia, o Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, assim como o Ministro de Estado Chefe da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, o Ministro de Estado das Minas e Energia, Shigeaki Ueki e o Presidente da “Petróleo Brasileiro S.A” – Petrobras, Alnte. Floriano Peixoto Faria Lima, articularam em conjunto, para que o Brasil procurasse conquistar a suficiência energética, por meio da aquisição de tecnologias avançadas para desenvolver tanto a Petrobrás quanto a energia nuclear (BROTHERHOOD, 2019, p. 4).

Como mostra o Gráfico 1, a partir da visão militar sobre a importância do petróleo nacional influenciou decisivamente a conformação do parque de refino brasileiro. Considerando o primeiro governo Vargas entre 1930 e 1945, quando o papel dos militares nas ações da indústria petrolífera foi decisivo, e o período da ditadura militar (1964-1984), foram tiradas do papel 9 das 17 atuais refinarias brasileiras (PETROBRAS, 2021). Além disso, a Reduc, a Recap, a Reman e RLAM foram resultados, entre outros resultados, dos debates no interior das forças armadas entre nos anos 1940 sobre a forma de expansão do refino. Com efeito, das 17 refinarias existentes no país, pelo menos 13 delas tiveram algum nível de influência da atuação ou dos debates provocados pelos militares e, como mostra o gráfico, estas representam cerca de 60% da capacidade de refino hoje existente no Brasil.

4. CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo foi apontar que os militares tiveram um papel decisivo na montagem do parque de refino do Brasil. A influência das forças armadas no processo de industrialização brasileira, incorporando uma visão de segurança e defesa energética, foi essencial não apenas para impulsionar os investimentos em refino, como também para definir as características de tais investimentos.

Todavia, o artigo mostrou que essa influência ocorreu de diferentes formas, dependendo da forma de inserção dos militares no governo e das questões conjunturais e estratégicas existentes.

Em um primeiro ciclo (1930-1953), a participação dos militares foi decisiva, a partir da aliança constituída junto ao governo Vargas. As questões externas, como a ameaça de um conflito com os argentinos, a necessidade de suportar a indústria nascente e a organização industrial e petrolífera já existente impactaram nas decisões de investimentos. Nesse período, cabe destacar que a posição sobre o predomínio do capital privado ou estatal oscilou ao longo do tempo. Entre 1935 e 1943, por exemplo, houve uma orientação mais direcionada para o uso do capital estatal como alavanca do refino nacional. Nos dez anos seguintes, essa tendência se reverteu.

No ciclo seguinte (1953-1980), o governo militar claramente delegou, depois de 1964, a tarefa de expandir a estrutura produtiva de combustíveis para a Petrobras. Antes desse período, não se pode negar que os projetos concebidos anteriores – com forte influência dos militares – também tiveram um papel, embora secundário, nesse processo de expansão. Gradualmente, algumas dessas refinarias foram sendo incorporadas pela estatal. Mas, o grande ciclo de expansão do refino nacional, entre 1965 e 1980, foi liderado pela Petrobras sob as diretrizes dos governos militares.

Olhando para o parque de refino brasileiro e, a despeito das suas virtudes e deficiências, que não são temas deste artigo, inegavelmente boa parte da sua constituição é produto das disputas, do pensamento e das diretrizes dos militares, de forma direta ou indireta.

REFERÊNCIAS

- BROTHERHOOD, K. C. (2019). **Petrobras, energia nuclear e Geisel: a saga do desenvolvimento energético**. Revista de Trabalhos Acadêmicos Campus Niterói, v. 1, n. 19.
- DRAIBE, S. (1985). **Rumos e Metamorfoses – Estado e Industrialização no Brasil: 1930 a 1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FIORI, J. L. (2013). **Estado e desenvolvimento na América Latina: notas para um programa de pesquisa**. Brasília: CEPAL.
- FONSECA, P. C. D. (2012). **A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira**. Economia, Brasília, v.13, n.3b, pp.843-866, set./dez.
- HUNTINGTON, S. (1968). **Political Order in Changing Societies**. New York/ London, Yale University Press.
- IANNI, O. (1981). Estado e planejamento econômico no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEÃO, R. P. F.; NOZAKI, W. V. (2019). **A Petrobras no mar: uma história de incertezas e sucessos orientados pelo Estado Nacional**. In: SILVA, M. S.; SCHMIDT, F. H.; KLIASS, P. (Orgs.). **Empresas estatais: políticas públicas, governança e desempenho**. Brasília: IPEA, p. 297-365.
- MARTINS, L. C. P. (2015). Petróleo e Nacionalismo no Segundo Governo Vargas: o debate em torno da criação da Petrobras. **Historiae**. Rio Grande do Sul, vol. 6, n.2, p. 401-425.

- MARTINS FILHO, J. R. (1994). **Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar?** Revista de Sociologia e Política, n. 2, p. 7-23.
- MENDES, A. P. A.; TEIXEIRA, C. A. N.; ROCIO, M. A. R.; PRATES, H. F. (2018). **Mercado de refino de petróleo no Brasil.** BNDES Set., Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, pp. 7-44, set.
- MME (2021). **Relatório do Mercado de Derivados de Petróleo.** Brasília: MME, jan., n. 181.
- MORTARI, V. S. (2019). **Evidências empíricas da importância da indústria brasileiro de refino de petróleo.** 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- PERISSÉ, J. B. (2007). **Evolução do refino de petróleo no Brasil.** 159 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Instituto de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PETROBRAS (2021). **Refinarias da Petrobras.** Petrobras [S.l.], Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/>> Acesso em: 06/05/2022
- SAMARAS, C.; NUTTALL, W.; BAZILIAN. (2019). **Energy and the military: Convergence of security, economic, and environmental decision-making.** Energy Strategy Review, v. 26, pp. 1-11, nov.
- SANTA ROSA, V. (1976). **O sentido do Tenentismo.** 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- STEPAN, A. (1971). **Os Militares e a Política.** Princeton: Princeton University Press.
- VIEIRA, R. Z. (2020). **Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950).** Revista de Economia Política, v. 40, n. 4, pp. 788-806, 2020, out./dez.
- _____. (2018). **Em busca da supremacia: guerra multidimensional no Cone Sul e a transformação estrutural brasileiro do século XX.** 2018. 196 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- YERGIN, D. (2012). **O Petróleo – Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.